LÍNGUA, GRAMÁTICA E ENSINO: MUDAR AS GRAMÁTICAS OU MUDAR DE GRAMÁTICA?

Washington Silva de Farias [*]
Aloísio de Medeiros Dantas [**]

Resumo: Neste trabalho, analisamos o discurso de três gramáticas brasileiras contemporâneas (BECHARA, 1999, AZEREDO, 2008, PERINI, 2010), tendo em vista observar movimentos de sentido considerando o jogo discursivo entre os saberes do discurso da Gramática e da Linguística. Duas formas de atualização do discurso gramatical são problematizadas: uma sem mudança de formação discursiva, que mantém a autoridade do discurso tradicional ("mudar as gramáticas"); outra com mudança de formação discursiva, estabelecendo uma ruptura com a tradição ("mudar de gramática"). O trabalho se apoia no campo teórico da Análise de Discurso, explorando de modo particular os conceitos de formação discursiva, forma sujeito e posição-sujeito.
Palavras-chave*:* Discurso gramatical. Gramáticas tradicionais. Gramáticas de linguistas.

Abstract: This study analyzes the discourse of three Brazilian contemporary grammars (BECHARA, 1999 AZEREDO, 2008 PERINI, 2010) in order to observe sense movements considering the discursive interplay between the knowledge of the grammatical discourse and the one of Linguistics. Two ways to update the grammatical discourse are problematized: one without discursive formation change, which maintains the authority of traditional discourse ("change grammars"); another with discursive formation change, establishing a break with tradition ("change of grammar"). The work is supported in the theoretical field of French Discourse Analysis, exploring in particular the concepts of discursive formation, form-subject and subject position.
Keywords: Grammatical Discourse. Traditional grammars. Grammars of linguists.

1 Introdução

No Brasil, desde o final do século XIX, e em particular ao longo do século XX, a produção de gramáticas normativas exerceu, hegemonicamente, a função imaginária de dizer o que era e o que não era a língua do país e como esta poderia/deveria ser apre(e)ndida e ensinada. A partir da década de 1960, no entanto, com o ingresso das teorias linguísticas modernas nos cursos de Letras do país, os instrumentos gramaticais tradicionais deixaram de ser a única referência para a representação da língua, ganhando destaque as obras "descritivas" do português. Os estudos linguísticos, ainda assim, inicialmente não surtiram grande efeito sobre as gramáticas tradicionais, nem tão pouco geraram de imediato instrumentos de referência capazes de concorrer com elas.

Nos últimos tempos, porém, linguistas brasileiros começaram a assumir também a tarefa histórica de produzir e publicar gramáticas. Nessa direção, após o reinado solitário, por quase dez anos, da *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000), veio a lume, a partir do final dos anos 2000, um significativo número de obras gramaticais assinadas por linguistas, dentre as quais Azeredo (2008), Castilho (2010), Perini (2010), Bagno (2011).

Presenciamos, assim, uma nova forma e uma nova fase de instrumentação da língua no Brasil, pois as obras dos *linguistas-gramáticos* se constituem como novos lugares simbólico-políticos de constituição e legitimação de sentidos sobre a língua no Brasil e sobre os próprios *instrumentos linguísticos* que se propõem a descrevê-la (as gramáticas). Nesse

[*] Doutor em Linguística pela UFPB. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (UFCG). E-mail: washfarias@gmail.com
[**] Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (UFCG). E-mail: alodanta@gmail.com

sentido, estão configurando uma nova etapa do processo brasileiro de *gramatização*[1], movimentando o discurso gramatical sobre a língua e seu ensino. Essa reorientação, no entanto, não representa um consenso sobre os sentidos da mudança, antes uma heterogeneidade de posições, cuja configuração permite vislumbrar determinações históricas do movimento do discurso gramatical no Brasil.

Partindo dessas constatações iniciais, neste trabalho buscaremos analisar a movimentação do discurso gramatical brasileiro contemporâneo, com o intuito de observar como se materializa em três gramáticas recentes: a *Moderna gramática da língua portuguesa* (BECHARA, 1999), a *Gramático Houaiss da língua portuguesa* (AZEREDO 2008) e a *Gramática do português brasileiro* (PERINI, 2010). Essas obras, assinadas por um gramático tradicional e dois linguistas, foram selecionadas para análise, tendo em vista possibilitarem flagrar deslocamentos de sentidos do discurso gramatical, os quais, a nosso ver, assinalam uma disputa política pelo poder de (re)dizer/(re)definir a língua do brasileiro. Nessa disputa está em jogo, dentre outras questões, a relação entre posições e sentidos do discurso gramatical tradicional e do discurso cientificista da Linguística, o que leva a um questionamento geral sobre o funcionamento do discurso gramatical contemporâneo: trata-se de uma questão de mudança das gramáticas tradicionais ("mudar as gramáticas") ou de instituição de uma nova forma de gramática ("mudar de gramática").

Desse modo, nossa análise será orientada pelas seguintes questões:

a) Que movimentos de "atualização" das gramáticas contemporâneas podem ser observados no discurso das três gramáticas selecionadas?

b) Como nesses movimentos articulam os saberes do discurso gramatical tradicional e da linguística?

c) Quais os efeitos desses movimentos sobre a forma geral da gramática, do gramático e do ensino de língua?

No desenvolvimento dessas questões, mobilizaremos os conceitos de formação discursiva, forma-sujeito e posição-sujeito, discutidos a seguir após breve consideração acerca da relação entre gramática, discurso e política, escopo mais amplo no qual se inscrevem os questionamentos deste trabalho.

2 A gramática como política de/sobre língua

As gramáticas aqui observadas serão tomadas como objetos simbólicos que participam do chamado processo brasileiro de gramatização da língua portuguesa. No Brasil esse processo vem sendo estudado no âmbito do projeto História das Idéias Linguísticas no Brasil (ORLANDI, 2001, 2002), considerando o discurso gramatical brasileiro em diferentes conjunturas histórico-políticas. Uma importante conclusão resultante desse projeto é que a produção de gramáticas no último quartel do século XIX em nosso país institui e legitima a função-autor *gramático brasileiro* (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001), sustentada como uma tomada de posição política dos estudiosos brasileiros frente ao saber sobre a língua, que passa a ser visto não mais como mero reflexo do saber português, mas em relação ao próprio país – e ao português do Brasil – e sua história. Nesse momento, há, portanto, um deslocamento da autoridade de dizer a língua portuguesa, portanto da posição-sujeito *gramático da língua portuguesa,* e ainda dos saberes sobre essa língua.

A instituição/institucionalização do lugar social de gramático-brasileiro que vai redundar na proliferação de obras gramaticais em nosso país no século XX e também num

[1] Por *gramatização* estamos entendendo, com Auroux (1992), a instrumentação das línguas pela produção de tecnologias descritivas como gramáticas e dicionários, definidas assim como *instrumentos linguísticos*.

novo deslocamento na autoria gramatical, que passará a significar, para além do *gesto* de autonomia intelectual e política do Brasil frente a Portugal, uma afirmação da necessária unidade imaginária interna da língua (nacional) em face de sua heterogeneidade real. A autoria de gramática então vai se vincular à definição de uma norma padronizadora da língua e de seus sujeitos.

Ainda no século XX, o acontecimento político da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB, 1959), im/põe uma unificação terminológica para as gramáticas que resulta num efeito de congelamento de seu discurso, materializado na repetição do formato e dos conteúdos das gramáticas, por exemplo. Nessa perspectiva, a NGB representa um bloqueio à renovação dos estudos gramaticais, isto é, à constituição de discursos outros para a explicação/interpretação da língua via instrumentos gramaticais. Assim, enquanto as gramáticas passam a ocupar um lugar academicamente criticado (porém institucional e socialmente ainda legitimado) de reprodução de um saber ultrapassado sobre a língua, os estudos linguísticos se colocam na dianteira da produção do saber novo. Institui-se, então, nos estudos da língua no Brasil, uma nova função-autor: a do *linguista*, que vai rivalizar com a função do *gramático* (tradicional) na disputa pelos sentidos da língua a conhecer, ensinar e aprender.

A recente produção gramatical de linguistas, portanto, vai de encontro à tendência engendrada pela NGB, forçando, a nosso ver, uma reistoricização do processo de gramatização da língua no Brasil, dado que promove uma movimentação de sentidos não somente quanto à representação da língua objeto da gramática como também quanto à própria forma dessa gramática e de suas relações com o ensino.

Pensar esses deslocamentos de sentidos inscreve o estudo das gramáticas dos linguistas no campo da investigação das relações entre linguagem e política. Nesse sentido, *instrumentos linguísticos* como as gramáticas podem ser compreendidos enquanto *políticas de língua*, isto é, como espaço *simbólico-político* de produção de sentidos pela/para a língua (ORLANDI, 2007).

Assim, entendemos que as gramáticas, dadas as aproximações e confrontos de posições e sentidos que materializam são espaços de significação a partir dos quais se pode observar a dimensão política do discurso gramatical.

3 Formação discursiva: unidade e dispersão de saberes

A noção de formação discursiva foi incorporada à teoria do discurso pecheutiana a partir de Foucault ([1969] 2007[2]). Pêcheux, entretanto, reformula a noção, articulando-a constitutivamente a determinações de ordem social, histórica e ideológica, conforme se pode constatar em suas próprias palavras:

> Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (PÊCHEUX, [1975] 1997, p.160-161, grifos do autor).

Assim, uma das teses basilares da Análise de Discurso que dão sustentação à nova leitura da noção de formação discursiva é a da dependência constitutiva do sentido em relação

[2] Na indicação bibliográfica de algumas obras de referência indicamos entre colchetes, na primeira citação, a data da edição original, mantendo, no entanto, nas citações seguintes apenas a data da edição consultada.

à ideologia. Por essa tese se afirma que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não tem origem em si, nem na consciência do sujeito, sendo antes determinado pelas posições ideológicas postas em jogo no processo socioistórico de sua produção, posições estas relativas às *formações ideológicas*, instâncias que materializam a ideologia. Evidencia-se com isso a relação entre sentido, sujeito e ideologia.

As realidades designadas pelas noções de formação ideológica e formação discursiva mantêm entre si relações dialéticas, advertindo Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010) a inconveniência de seu uso "espontaneamente imobilista e classificatório" na forma de uma discretização quantitativa, como a que estaria subjacente a uma pergunta do tipo sobre quantas formações discursivas haveria numa formação ideológica ou quantas formações ideológicas conteriam numa formação social.

Para enfatizar o caráter dinâmico/dialético das formações discursivas, conforme entendida pela AD, Orlandi (2001) propõe pensá-las como "regionalizações" móveis do interdiscurso – o saber discursivo. No dizer da autora, elas são "constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações" (p. 44). Nessa direção, ao postularmos, neste trabalho, a existência de uma formação discursiva da tradição gramatical, simplificadamente denominada Formação Discursiva da Gramática (FDG), na qual se sustenta o discurso das gramáticas tradicionais normativas brasileiras, e de uma formação discursiva dos estudos linguísticos, ou resumidamente Formação Discursiva da Linguística (FDL), na qual se apóia o discurso dos linguistas, não estamos pensando em espaços de significação fechados, mas de constituição e movimentação de sujeitos e sentidos. A formação discursiva, entretanto, é também o lugar de produção da unidade imaginária para o sujeito e do sentido. Vamos explicar isto a seguir.

A partir de sua tese acerca da materialidade do sentido, Pêcheux estabelece a formação discursiva como o lugar de produção/dissimulação do sentido e do sujeito, reinterpretando assim a noção de interpelação-assujeitamento de Althusser:

> os indivíduos são "interpelados" em sujeitos-falantes (Isto é, em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes.
> [...]
> Uma palvra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria "próprio", vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui na formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com as outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 1997, p. 161)

A FD funciona assim como uma espécie de "matriz" do sentido, lugar de constituição (imaginária) do sujeito e do sentido, um "espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma 'intersubjetividade falante' pela qual cada um sabe de antemão o que o 'outro' vai pensar e dizer..." (PÊCHEUX, 1997, p. 172), um sistema de "enunciados, formas, sequências" em relação de paráfrase (p. 173).

A formação discursiva não é o exterior último da constituição do sentido e do sujeito, pois está em relação de dependência com o "todo complexo com dominante" das formações discursivas, a que Pêcheux denominará *interdiscurso:*

> o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que "algo fala" (*ça parle*) sempre "antes,

> em outro lugar e independentemente", isto é, sob a determinação das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1997, p. 162, grifos do autor)

Em outros termos, o efeito de reconhecimento do sujeito numa formação discursiva se produz sob a condição do esquecimento de que "o sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas" (evidência ideológica) pelo sujeito tem sua determinação fora do sujeito, de acordo com Pêcheux, no assujeitamento ao Outro (Lacan) ou ao Sujeito (Althusser), ou na subordinação-assujeitamento à Ideologia e ao Inconsciente (PÊCHEUX, 1997, p. 163).

O sujeito do discurso, tendo em vista a identificação com a formação discursiva que o constitui, portanto, "esquece" a determinação do interdiscurso. Esse "esquecimento", no entanto, não é um incidente, uma fortuidade que sucede ao sujeito, como uma "perda de memória", mas o "acobertamento da causa do sujeito no próprio interior do seu efeito" (p. 183). Para ser sujeito *de*, é preciso, então, esquecer que se é sujeito *a*, o que resume a estrutura-funcionamento da ideologia:

> A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 163)

O esquecimento da determinação do interdiscurso implica assim sua *absorção* no *intradiscurso* – o "fio do discurso" do sujeito – pela *forma-sujeito* (unidade imaginária do sujeito), produzindo assim um "efeito de co-referência" entre interdiscurso e intradiscurso, que faz com que o sentido pareça ao sujeito um "puro já-dito" (uma espécie de relação intertextual) e não como uma determinação material, contraditória.

A afirmação de que a FD representa "o que deve e pode ser dito" significa, portanto, não a existência de um *a priori* para o sentido, mas que o sujeito para falar (produzir sentidos) tem de se colocar na perspectiva do dizível socioistórico e ideológico que o constitui; trata-se aqui de determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos.

Considerada assim a heterogeneidade e os efeitos de unidade da FD, como pensar a questão do sujeito do discurso?

4 Forma e posição-sujeito: unidade e fragmentação do sujeito

Althusser defende que a interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe um Outro Sujeito, forma especular em nome do qual ela se realiza (ALTHUSSER, ([1969/1970] 1998):

> [...] toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinitude de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, dando-lhes no Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura), a garantia de que certamente trata-se deles e Dele... (ALTHUSSER, ([1969/1970] 1998, p. 102).

A relação sujeito/Sujeito implica então que "o indivíduo *é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito*, para aceitar, portanto (livremente)

sua submissão, para que ele 'realize por si mesmo' os gestos e atos de sua submissão" (ALTHUSSER, 1998, p. 104, grifos do autor). Althusser exemplifica essa relação especular a partir da ideologia religiosa, afirmando que "só existe uma tamanha multidão de sujeitos religiosos possíveis [os que se enunciam como sujeitos religiosos] sob a condição absoluta da existência de um Outro Sujeito Único, Absoluto, ou seja, Deus" (ALTHUSSER, 1998, p. 100).

Neste caso, sem o "pressuposto" da existência do sujeito Deus, não há possibilidade de reconhecimento de um sujeito religioso; por outro lado, a identificação de um indivíduo como sujeito religioso não lhe é de todo acessível, implicando desconhecimento/esquecimento do processo de que resulta. Por outro lado, não há uma única posição-sujeito possível para o exercício da forma-sujeito religiosa, mas várias...

Essas relações, explicitadas por Althusser numa linguagem um tanto mistificadora, serão interpretadas por Pêcheux em termos de posições ocupadas pelos sujeitos sociais para significar e se significar em suas práticas (socioistóricas) de linguagem, das quais tem consciência de forma apenas parcial. A formulação impositiva da relação sujeito/Sujeito parecerá determinista se não for bem entendida. O que está em jogo na proposição do Sujeito não é um sujeito idealista ou transcendente, mas uma categoria teórica explicativa do fato de que o indivíduo se torna sujeito pelo reconhecimento numa *forma-sujeito histórica*, uma instância que regula as condições sob as quais se pode e deve ser sujeito. É o que nos esclarece o próprio Althusser em texto anterior:

> Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A "forma-sujeito", de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais [...]. (ALTHUSSER, [1973] 1978, p. 67)

No âmbito da formação social, a forma-sujeito se articula aos *lugares sociais* dos sujeitos, definidos/legitimados pelas instituições (lugar de professor, aluno, trabalhador, patrão, gramático, etc.); no do discurso, à *posição-sujeito*, que controla/regula o dizer e produz seu efeito imaginário de unidade. A posição-sujeito, no entanto, se desdobra em posições-sujeito (CAZARIN, 2007, INDURSKY, 2007) que assinalam então as posições/sentidos no domínio de saber da FD. Isto significa que um sujeito enunciador de um discurso, sujeito empírico, falando de um lugar social determinado, assume a forma-histórica de sujeito (forma-sujeito) daquele lugar, forma imaginária da unidade da posição sujeito que, no real do discurso, consistirá numa (certa) heterogeneidade de posições. Tomando o lugar social de gramático como exemplo, temos que a forma-sujeito histórica do gramático, sob aparência de uma posição-sujeito homogênea, a do sujeito que prescreve a língua, nas gramáticas do português do século XX, articula, dentre outras, posições-sujeito de jurista (o que pode prescrever a língua), de professor (o que sabe ensinar a língua) e ainda de cientista (o que descreve cientificamente a língua).

Em face da heterogeneidade da posição-sujeito, duas questões gerais se impõem:

- Em que medida essa heterogeneidade mantém ou se desloca os limites de uma mesma FD e, portanto, da forma-histórica que lhe corresponde?
- Que relações de força regulam a heterogeneidade das posições-sujeito numa mesma FD?

Para lançar alguma luz sobre essas questões, vamos recorrer às chamadas "modalidades discursivas de funcionamento subjetivo" ou de "desdobramento do sujeito do discurso" (PÊCHEUX, 1997, p. 213 e segs.)[3].

Inicialmente Pêcheux observa que a passagem do indivíduo a sujeito de seu discurso se efetiva pela identificação do sujeito com a FD e a forma-sujeito que lhe corresponde. Nesse processo de identificação há um desdobramento do *sujeito do discurso* entre o *sujeito da enunciação* (tomado como instância responsável e consciente de/por seu discurso) e o *sujeito universal* (a interpelação ideológica), segundo três "modalidades de desdobramento".

A primeira delas diria respeito a uma posição de assujeitamento sob a forma do "livremente consentido", segundo a qual o sujeito da enunciação coincidiria o sujeito universal, havendo então uma *superposição* dos elementos em que se desdobra o sujeito. Trata-se nesse caso, de um efeito de *identificação plena* [4], o que leva à aparência de uma forma-sujeito histórica homogênea e unitária, sem possibilidade de desdobramento em/entre posições-sujeito.

Na segunda modalidade subjetiva, "ainda sobre o terreno da evidência", haveria uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com relação ao sujeito universal e aquilo que ele impõe ao sujeito, uma "luta contra a evidência ideológica"; neste caso, teríamos um efeito de *contraidentificação* com os saberes da formação discursiva im/posta ao sujeito enunciador pela forma-sujeito. Isto produz um efeito polêmico de divergência, desentendimento, mas sem implicar extrapolação dos limites da FD, por isso também um efeito de conciliação entre posições diferentes.

A terceira modalidade de "funcionamento subjetivo" seria a da *desidentificação* com a formação discursiva e sua forma-sujeito, consistindo, porém, não na anulação dessas instâncias, mas numa espécie de "transformação-deslocamento", na base dos quais estaria a ciência e a política[5]. Essa terceira modalidade seria a única de natureza não-subjetiva, na medida em que poria em questão a própria formação discursiva e seu funcionamento. Essa modalidade implicaria assim num "desarranjo-rearranjo" do complexo das formações ideológicas e das formações discursivas, caracterizando um *efeito de ruptura*, que repercute sobre a relação entre FDs de um mesmo campo. Essa modalidade assim remete a efeitos de divergência e de impossibilidade de conciliação ou coabitação das mesmas posições.

As modalidades de funcionamento subjetivo reforçam assim a afirmação da heterogeneidade da FD e da forma-sujeito (e suas posições) e seu movimento interno (diferença, divergência) e possibilitam compreender os deslocamentos que delimitam tanto as fronteiras internas quanto externas das FDs e de suas respectivas formas-sujeito.

A noção de formação discursiva (tanto quanto a forma-sujeito) é, portanto, uma categoria histórica, cujos elementos podem se transformar e deslocar, como desde cedo foi acentuado por Pêcheux ([1975] 2010):

> [...] sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 165).

[3] Evitamos, na designação dessas modalidades de "funcionamento" ou "desdobramento" do sujeito do discurso, a expressão "tomada de posição", por sugerir um ato consciente do sujeito.

[4] Não acreditamos que Pêcheux estivesse tomando isto como um fato último, mas como um efeito de sentido, uma identificação imaginária.

[5] Naquele momento (década de 1970), para Pêcheux, a ciência marxista-leninista e a política do proletariado.

É na perspectiva dessas possibilidades de deslocamento e transformação dos sujeitos e dos sentidos na FD e entre FDs que vamos analisar a seguir o discurso das três gramáticas selecionadas para este trabalho, considerando assim os movimentos do discurso gramatical contemporâneo.

5 Movimentos de sentido no discurso de gramáticas contemporâneas

Em virtude da natureza deste trabalho, vamos nesta seção apontar de forma geral alguns dos movimentos de sentido no discurso das três gramáticas selecionadas, começando pela *Moderna gramática portuguesa* (MGP), de Evanildo Bechara, tomando como referência sua 37ª edição (BECHARA, [1961] 1999).

Tendo em vista as diferenças em relação às edições anteriores, sobretudo no que se refere à incorporação de elementos teóricos da Linguística, a publicação da nova edição da MGP teve um certo impacto nos meios acadêmicos, chegando alguns a acreditar que se tratava da consumação da tão esperada renovação das gramáticas tradicionais, o que então resolvia tudo: um importante gramático tradicional finalmente cedendo aos apelos dos linguistas de "renovação" da gramática.

A nova edição da MGP, assim, é um acontecimento que se produz sob um efeito de atualização histórica do discurso gramatical. Um primeiro indício desse efeito está no Prefácio da obra, que apresenta sua 37ª edição como versão "revista, ampliada e atualizada". Esses particípios verbais têm sua materialidade e dão sustentação ao efeito de novo da MGP como "revisão" (aperfeiçoamento, correção), "ampliação" (complementação) e "atualização" (compatibilização com tempo presente) do conhecimento, o que ao gramático afirmar então ser a nova edição da MGP também "um livro novo".

O efeito de atualização se explica também como consequência da relação do gramático ao mesmo tempo com outros estudiosos da língua – identificados como "teóricos da linguagem" – e com os "melhores escritores" da língua, que sugere um compromisso entre a renovação e a tradição (recorte 1):

> Recorte 1
> Amadurecida pela *leitura atenta* dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da *leitura demorada* de nossos melhores escritores. (BECHARA, 1999, p. 19, grifos nossos)

No recorte 1, vale destacar a adjetivação da leitura das duas fontes da nova edição da gramática: leitura "atenta", no caso dos teóricos, leitura "demorada", no caso dos "melhores" escritores, que parece estabelecer diferentes modo de legitimação dessas fontes, com evidente primazia das fontes tradicionais.

Essas posições são reforçadas na proposta do gramático de realizar com a nova edição da MGP uma conciliação entre atualização teórica e orientação normativa (recorte 2):

> Recorte 2
> A orientação aqui adotada resulta de nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta *Moderna Gramática Portuguesa*, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas (BECHARA, 1999, p. 20).

O efeito de conciliação se materializa no recorte 2 pela manifestação do desejo de aliança entre "a preocupação de uma científica descrição sincrônica" e "uma visão sadia da gramática normativa". Produz-se assim um efeito de continuidade e conciliação sem conflito entre o discurso gramatical tradicional e o discurso científico[6], o que sugere a possibilidade de continuidade entre os dois discursos e, portanto, de uma gramática que, continuando normativa (e "sadia"), pode ser atualizada pela pesquisa linguística. Supõe também uma forma-sujeito gramático heterogênea, já que afetada por diferentes posições-sujeito, dentre estas a do gramático tradicional e do linguista, divisão acatada pelo próprio Bechara ao distribuir os homenageados de sua obra (recorte 3):

> Recorte 3
> É de toda justiça – e por isso esta edição é a eles dedicada – lembrar aqui, em primeiro lugar, nosso inesquecível mestre e amigo M. Said Ali, e, não menos presentes, este teórico profundo e admirável que é Eugênio Coseriu, ao lado de seu ilustre colega de reflexão lingüística, que é J. A. de Carvalho, e de nosso primeiro lingüista L. Mattoso Câmara Jr., guia seguro deste o lançamento inicial da *Moderna Gramática Portuguesa*. (BECHARA, 1999, p. 19).

No trecho do recorte 3, são delimitados dois grupos de autores ao quais filia a MGP: de um lado, Mário Barreto e Epifânio da Silva Dias e também Said Ali; de outro, os linguistas Eugênio Coseriu, J. Herculano de Carvalho e J. Mattoso Câmara Jr., este denominado como primeiro linguista brasileiro e assumido também como guia da obra desde a primeira edição. Essa divisão marca uma divisão ideológica dos autores entre não linguistas e linguistas.

Entretanto, o efeito de heterogeneidade da forma-sujeito gramático não significa apenas uma opção pelo ecletismo, mas uma subordinação das posições teóricas outras à posição do gramático tradicional (ou normativo) (recorte 4):

> Recorte 4
> Dificilmente haverá seção da *Moderna Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma consciente atualização e enriquecimento: atualização no plano teórico da descrição do idioma, e enriquecimento por *trazer à discussão e à orientação normativa* a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, dentro e fora do país [...] (BECHARA, 1999, p. 19, grifos nossos).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o discurso da MGP sugere uma atualização da gramática tradicional mediante incorporação-subordinação do discurso linguístico, dentre outros. Isso implica num efeito de unidade-indistinção entre as posições do gramático tradicional e do linguista na produção de gramática, como se fossem posições apenas complementares e plenamente conciliáveis.

A MGP, desse modo, se constitui a partir de formação discursiva tradicional, a que denominaremos Formação Discursiva da Gramática (FDG), falando a partir de uma forma sujeito gramático tradicional, porém de forma heterogênea, trazendo para o interior de sua FD novos elementos/saberes que a fazem se movimentar, porém garantindo sua continuidade e permanência. O gramático, assim, se apropria do lugar do cientista da linguagem e partir dele reconstrói seu lugar de gramático.

Uma das principais repercussões sobre o ensino apontadas no Prefácio da MGP seria então a possibilidade de "melhoria" da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), mediante

[6] Esse efeito de conciliação está também refletido no corpo da MGP, por exemplo, na denominação de sua parte II, intitulada "Gramática descritiva e normativa".

"sugestões ou temas de reflexão", o que reforça o discurso de conciliação e de continuidade (renovada) da tradição gramatical (recorte 5):

> Recorte 5
> Acreditamos que, neste sentido, os colegas de magistério e pesquisa encontrarão úteis sugestões ou temas de reflexão para uma proposta de melhoria da vigente nomenclatura gramatical em nossos compêndios escolares (BECHARA, 1999, p. 20).

Dessa forma, a nova edição da MGP pretende continuar fornecendo "os fundamentos que alicercem o interesse e conhecimento reflexivo da língua portuguesa" pelo "leitor benévolo", isto é, um sujeito leitor receptivo à mudança sem sobressaltos, sem descontinuidades, do discurso gramatical, que se desloca reflexivamente no interior do conhecimento da própria FD da gramática tradicional.

A *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (GHLP), do linguista José Carlos de Azeredo (AZEREDO, 2008), a despeito de sua proposta bastante inovadora, talvez por conta de seu modesto e tradicional título[7], parece não ter ainda chamado a atenção do meio acadêmico. Entretanto, do ponto de vista discursivo, produz um significativo movimento de sentidos, marcando uma ruptura com o discurso tradicional, na medida em que toma a reflexão sobre o "funcionamento da linguagem" como eixo central de toda sua organização e desenvolvimento (recorte 6):

> Recorte 6
> Nosso objetivo vai um pouco além de uma aferição de um uso e sua descrição. Enfatizando sempre o dom da palavra como traço singular da espécie humana, empenhamo-nos em refletir sobre o funcionamento da linguagem verbal no seu tríplice papel: (a) de forma de organização do conhecimento (conceptualização e categorização do mundo), (b) de meio de codificação do conhecimento e, enunciados/textos (expressão) e (c) de forma de atuação interpessoal (comunicação). A gramática não é evidentemente o único, mas o mais sólido suporte dos papeis explicitados nos itens 'a' e 'b'. (AZEREDO, 2008, p. 25).

Podemos dizer que domina então no discurso da GHLP a posição-sujeito linguista de seu autor. Porém, não se propõe uma ruptura definitiva com a tradição gramatical, antes "um ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação" (recorte 7):

> Recorte 7
> [...] buscamos com a presente proposta um ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação, seja na ordenação e articulação dos assuntos, seja nos conceitos teóricos e descritivos, seja ainda na seleção e exemplos. O enfoque adotado é essencialmente descritivo, sem prejuízo, contudo, de considerações de ordem normativa, sempre que oportunas, tendo em vista a vocação desta obra para ser também uma fonte de informação sistematizada sobre o português padrão do Brasil (AZEREDO, 2008, p. 26).

No recorte 7, ainda assim, podemos constatar um movimento inverso ao da MGP, no que se refere à relação entre o discurso tradicional normativo e o discurso científico da linguística, uma vez que agora é a posição tradicional que se coloca em relação de subordinação à posição linguística. Observe-se, no recorte, que embora se afirme buscar o tal ponto de equilíbrio, assume-se um enfoque "essencialmente descritivo", sendo as referências normativas tratadas sob o status de "considerações", isto é, de um discurso complementar. Neste caso, pois, não se trata de uma relação de continuidade ou complementação, mas, a

[7] Diferente das obras de outros linguistas, a de Azeredo ainda se intitula, como as GTs, como gramática "da Língua Portuguesa" e não "do Português Brasileiro", como preferem os linguistas de modo geral.

nosso ver, de concessão. A posição do linguista, portanto, não está subordinada à do gramático, mas esta à daquele.

Inicialmente, no entanto, Azeredo assume como objeto de sua obra a "variedade padrão escrita", tomada como um "modelo de uso", o que parece indicar uma inscrição na FDG (recorte 8):

> Recorte 8
> O objeto desta gramática é a variedade padrão escrita do português em uso no Brasil.
> [...]
> Ainda que do ponto de vista estritamente linguístico se trate de 'uma variedade da língua entre outras', importa reconhecer que ela se distingue das demais por sua condição de 'modelo de uso' de âmbito nacional e, em virtude dessa condição, por ser uma competência basicamente adquirida pela intervenção da escola e pela via da leitura. (AZEREDO, 2008, p. 25)

No recorte 8 a expressão polêmica "variedade padrão" invoca ao mesmo tempo a posição científica da Linguística, ao mencionar a noção de "variedade" e da Gramática Tradicional, ao denominar de "padrão" a variedade que pretende tratar, caracterizando assim um efeito de sentido contraditório e polêmico.

Ainda assim, em um outro trecho da GHLP, verifica-se uma rejeição (por denegação) dos saberes do discurso tradicional normativo (recorte 9):

> Recorte 9
> Ninguém há de acreditar, porém, que esta competência seja uma soma de preceitos para uma suposta 'arte do uso correto da língua'. A língua é a soma de todas as possibilidades de expressão, e só existe nas variedades de uso que a concretizam como meio de intercompreensão de seus falantes (AZEREDO, 2008, p. 27).

No recorte 9, a interpretação da "variedade padrão" como "soma de preceitos" (elemento da FDG) é descartada, ressalvando-se que a variedade mencionada faz parte do conjunto de "possibilidades de expressão" e das "variedades de usos" que concretizam a língua, expressões que remetem à FDL.

A preeminência do discurso-outro da Linguística também se materializa na GHLP pelo contraste entre uma posição dogmática e uma posição reflexiva na abordagem da língua (recorte 10):

> Recorte 10
> Buscamos uma abordagem não dogmática em que, vale repetir, se explicita o percurso mesmo do raciocínio analítico. Buscamos o tom da exposição oral sem afetação de oralidade, de sorte que o texto seja acessível ao leitor médio e que esse leitor, convidado a participar da construção do raciocínio, se sinta estimulado a tirar suas próprias conclusões mediante a observação dos fatos da língua (AZEREDO, 2008, p. 27).
>
> [...] é indispensável explorar e desenvolver a sensibilidade à natureza da linguagem e ao seu funcionamento na interação dos homens, fazendo da palavra um objeto de permanente atenção, estudo e reflexão (AZEREDO, 2008, p. 28).

Rejeitando assim a função normativa da gramática, a GHLP elege então como seu novo objetivo o estudo e reflexão sobre a língua, buscando o linguista-gramático legitimar sua posição por um movimento de deslocamento da posição dogmática tradicional para uma posição analítica e reflexiva. A posição tradicional é lembrada para ser descartada.

Dessa forma, o discurso gramatical da GHLP se constitui a partir de uma posição sujeito que, embora heterogênea, procura legitimar a preeminência da posição linguística na abordagem dos fatos gramaticais. Nesse sentido, a despeito da concessão à posição normativa, a GHLP produz um deslocamento de sentidos que implica numa transformação da forma-sujeito do gramático, do objeto da gramática e de seu objetivo. Assim, mais do que uma mudança na gramática, temos, nesse caso, uma mudança de gramática, que resulta num efeito de descontinuidade de saberes entre a posição do gramático-linguista e do gramático tradicional normativo. O sujeito linguista, assim, ao se colocar no lugar de gramático, trabalha a reconfiguração da forma histórica da gramática e de sua forma-sujeito, dando a elas um novo *status* teórico, social e ideológico.

Entretanto, a posição-sujeito do gramático na GHLP encerra efeitos de ambiguidade e de indefinição quanto a esse deslocamento, tendo em vista uma certa concessão ao discurso tradicional que, no conjunto dessa gramática, é mais imaginário do que real, uma vez que os saberes oriundos da FD Linguística dominam a gramática. Isso sugere um confronto imaginariamente atenuado com a tradição.

Se o discurso da GHLP (Azeredo) aponta para uma ruptura por vezes um tanto ambígua, posto que atenuada, com a FD tradicional da gramática normativa, a *Gramática do português brasileiro* (GPB), de Mário A. Perini (PERINI, 2010) assume de forma mais explicitamente polêmica a ruptura com a tradição gramatical normativa.

O lançamento dessa gramática, a despeito da publicação de obras similares anteriores, foi apresentado pelos seus editores (*Nota do Editor*) como "um marco na defesa do português brasileiro" e pelo próprio autor como sendo a primeira gramática do "português falado do Brasil".

Na Apresentação da obra, Perini afirma que oferece ao público brasileiro uma gramática teórica, "em nível universitário", para estudo da língua por especialistas ou candidatos a tal (professores e estudantes de Letras, principalmente). Também afirma ter a GPB objetivos diferentes das gramáticas "usuais" ou "tradicionais", sobretudo por uma "diferença de atitude", o que significa uma mudança de posição ideológica no que tange aos objetivos da gramática (recorte 11):

> Recorte 11
> Esta gramática tem objetivos diferentes das gramáticas usuais, e por isso requer alguma explicação prévia. Os pontos de diferença principais dizem respeito não à análise dos fatos da língua, mas à atitude a assumir frente aos estudos gramaticais. (PERINI, 2010, p. 17)

Essa diferença é justificada na Apresentação da GPB, mas também no seu Capítulo Zero ("Para que estudar gramática?") e ainda no Capítulo 1 ("Nossa língua"). Esses três textos funcionam, no seu conjunto, como prefácios-justificativa dos deslocamentos pretendidos pela obra em relação à gramática e seu objeto, marcando igualmente, pela sua presença (e excesso), o desejo de legitimar novas posições.

O texto da Apresentação se organiza numa série de oito tópicos, abordando: a utilidade, foco e natureza do estudo gramatical (tópicos 1, 2 e 3, respectivamente), a questão da terminologia e da abrangência da descrição gramatical (tópicos de 4 a 6), considerações sobre o quadro teórico da GPB (tópico 7) e sobre o público a que esta se destina (tópico 8).

Os cinco primeiros tópicos (e seus desenvolvimentos) compreendem enunciados sobre a gramática e a língua, assinalando *posições de sentido* que demarcam uma ruptura com a tradição gramatical anterior (recorte 12):

> Recorte 12
> Enunciado 1: A gramática não é instrumento de aquisição da língua escrita
> Enunciado 2: É preciso descrever a língua falada

> Enunciado 3: Estudar a língua como ela é
> Enunciado 4: É preciso usar noções gramaticais novas
> Enunciado 5: A gramática não é uma descrição completa
> (PERINI, 2010, p. 17-22)

Esses enunciados, comentados um a um na Apresentação da GPB, demarcam, por sua materialidade de estruturas ora declarativas negativas (enunciados 1 e 5), ora modalizadoras de necessidade (enunciados 2 e 4), ora declarativa afirmativa (enunciado 3), um confronto entre as posições da nova gramática e os saberes do discurso tradicional sobre a língua e seu ensino. Têm, assim, um caráter ao mesmo propositivo (posições acatadas) e denegativo (posições rejeitadas). Nessa perspectiva assinalam limites entre formações discursivas ou, no dizer de Maingueneau (2007, p. 40), entre o direito e o avesso da formação discursiva em que se inscrevem: o enunciado 1 estabelece uma dissociação entre a gramática e a aquisição da língua escrita, rejeitando o discurso tradicional que atribui à gramática tal finalidade; o enunciado 2, complementarmente, afirma a necessidade de descrever a língua falada, quase nunca contemplada pela tradição gramatical anterior; o enunciado 3 põe em confronto as duas conhecidas abordagens gerais da língua – a descritiva, que trata do que a língua é, e a prescritiva, que considera o que a língua deve ser; no enunciado 4, se defende a necessidade da utilização e explicação de noções novas em face da obsolescência de boa parte das noções gramaticais tradicionais; no enunciado 5, também em confronto com o discurso ou imaginário tradicional, neste caso o de completude da descrição gramatical, se afirma a parcialidade de todo empreendimento descritivo da língua.

Temos, portanto, nesse discurso de apresentação, uma posição-sujeito gramático heterogênea constituído pela negação de um Outro, o que traz à tona posições em confronto e dá ao discurso um caráter polêmico. Esse viés polêmico aponta, tanto quanto no discurso da GHLP, de Azeredo, para uma transformação na forma-sujeito da gramática, tendo em vista a ruptura com a posição tradicional.

Um dos fortes traços dessa mudança no discurso da GPB é o seu posicionamento em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Em consonância com a posição do enunciado 4, acima comentado, no tópico 6 da Apresentação da GPB, se estabelece um confronto crítico com essa nomenclatura que, como se sabe, é um dos elementos de sustentação da estabilidade imaginária do discurso sobre a língua e a gramática no Brasil (recorte 13):

> Recorte 13
> Boa parte da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) precisa ser abandonada na descrição do PB. Isso se deve a diversos fatores, entre os quais o caráter assistemático da própria NGB, assim como sua pobreza conceitual. (p. 23)
> [...]
> Assim, a NGB é mais prejudicial do que benéfica, e viveremos melhor sem ela. (PERINI, 2010, p. 24).

Essa proposição coloca a ruptura com a tradição "descritiva" da NGB como uma necessidade ("precisa ser abandonada") decorrente de sua "assistematicidade" e "pobreza conceitual", o que indica, por contraste, a defesa de uma nova tradição descritiva que tome a sistematicidade e a "riqueza" conceitual como elementos importantes de sua constituição. Aqui a posição do linguista-gramático se produz a partir de um movimento que vai da posição tradicional do gramático, enformada pela NGB, e a do linguista, apoiada na sistematicidade e rigor da ciência linguística.

Num outro recorte, a associação entre a NGB e a tradição gramatical, bem como a rejeição desses saberes para a descrição da língua, ficam ainda mais explícitos, sendo sua

"insuficiência" estendida quer à descrição da língua falada, segundo a GPB até então ainda não realizada por nenhuma gramática, quer à descrição da língua padrão escrita, levada a cabo pelas gramáticas escolares, mas estando estas "cheias de inadequações extremamente sérias" (recorte 14):

> Recorte 14
> O que se disse acima a respeito da insuficiência da NGB e da gramática tradicional para a descrição do PB vale igualmente para o português padrão escrito. Ou seja, as gramáticas escolares que tratam do português padrão escrito (e que são as utilizadas em nossas escolas) são também cheias de inadequações extremamente sérias. Não vou insistir nesse ponto [...] Reafirmo apenas a necessidade de se elaborar igualmente uma nova gramática para a língua padrão escrita (PERINI, 2010, p. 23).

Esses elementos caracterizam um movimento que se dá a partir de um deslocamento da posição tradicional para uma nova posição, referida tanto à questão da língua falada quanto da língua escrita. Disso se pode depreender um efeito de descontinuidade entre o discurso gramatical tradicional e o discurso da nova gramática aventada por Perini, inscrita numa perspectiva linguística/científica, significando também uma impossibilidade de conciliação entre duas formas de fazer gramática.

Perini, assim, fala do lugar clássico de cientista da linguagem, do qual é constitutiva a busca do rigor terminológico e conceitual na descrição da língua. Esse posicionamento se materializa, no texto da GPB, pelo estabelecimento de uma forte vinculação/correspondência entre a teorização sobre a língua (busca de categorias consensuais) e a descrição de seus usos (enquadramento dos fatos linguísticos na teoria), criando efeito de consenso teórico e descritivo[8] (recorte 15):

> Recortes 15
> [...] tentei utilizar um corpo de categorias teóricas de aceitação mais ou menos geral. Ao contrário do que se possa pensar, esse corpo teórico existe, e não é nada pequeno [...] (PERINI, 2010, p. 25).
>
> O resultado é uma gramática descritiva, que procura explicar a língua realmente utilizada pelos falantes do PB, sem discutir ou sustentar alguma teoria particular; e muito menos prescrever a língua que as pessoas deveriam usar (PERINI, 2010, p. 25-26).

A teorização linguística assim é erigida como elemento capaz de fazer a passagem da forma tradicional para uma nova forma da gramática, isto é, para uma gramática científica, propriedade esta reiteradamente afirmada na GPB[9].

Essa mudança de *status* da gramática tem repercussões sobre o modo como se interpreta sua relação com o ensino. Em virtude do lugar de cientista que assume, o sujeito-autor da GPB redefine o papel da gramática no ensino, propondo-a como "um campo de treino do pensamento independente" (PERINI, 2010, p. 39), tendo em vista a "alfabetização" ou "formação científica" dos aprendizes.

Essa posição é construída por um movimento entre uma posição tradicional do ensino (rejeitada), vinculada a uma gramática de resultados, e a posição científica, relacionado a uma gramática dos "comos" e "porquês", portanto, analítica e reflexiva (recorte 16):

[8] Embora em outras passagens, o linguista-gramático postule a incompletude de toda teoria.

[9] Além de afirmações sobre isso feitas na Apresentação da GPB, seu Capítulo Zero é todo dedicado à justificação da cientificidade da gramática: "A gramática é uma disciplina científica, pois tem como finalidade o estudo, a descrição e a explicação de fenômenos do mundo real" (PERINI, 2010, p. 37).

> Recorte 16
> Nas aulas de gramática (1), somos convidados a aprender, e muitas vezes decorar, resultados; não se cogita do (2) método que levou à obtenção desses resultados. A aula de (1) gramática típica não comporta (2) perguntas embaraçosas, referentes a comos e porquês que não constam do livro adotado. O professor nunca precisa (2) justificar a análise que ensina, tem apenas que (1) reproduzi-la tal como a encontrou na bibliografia. O resultado é que nas aulas de (1) gramática *não se aprende (2) gramática*, nem sequer se estuda (2) gramática. Não é de espantar que os alunos (e os professores, que também são vítimas do sistema) não saibam (2) gramática, não se interessem por (2) gramática e, para resumir tudo, detestem a (1) gramática (PERINI, 2010, p. 34).

No recorte 16, chama a atenção a polarização e o antagonismo de posições a partir dos quais o sujeito linguista-gramático legitima a posição científica: inscrevendo na FD tradicional do ensino de gramática tanto sentidos que lhe são próprios quanto (pela denegação) sentidos da FD linguística. Desse modo, atribui-se à posição tradicional não somente a responsabilidade pelos problemas do ensino quanto pela ausência da abordagem científica que se quer colocar em seu lugar.

O que se propõe no discurso da GPB, portanto, é uma ruptura radical com a gramática tradicional, uma mudança de gramática, o que implica também numa mudança radical de seus objetivos: de ensinar a falar e escrever corretamente para ensinar a pensar cientificamente. Essa mudança implicando um deslocamento radical da posição tradicional, conforme se pode constatar no recorte 17, em que o conhecimento gramatical tradicional é representado como obstáculo à produção de novos conhecimentos (recorte 17):

> Recorte 17
> Este é, portanto, um livro destinado a professores e alunos de letras, assim como professores de línguas de todos os níveis – pessoas que já conhecem os rudimentos de gramática. (PERINI, 2010, p. 26)
>
> Não mais do que rudimentos. Aliás, suspeito que um conhecimento profundo e arraigado da gramática tradicional é mais desvantagem do que vantagem, pois tende a interferir com a aprendizagem de conhecimentos novos. (PERINI, 201º, p. 26, nota 3)

6 Considerações finais

Indagamos no início deste trabalho que movimentos de atualização podiam ser observados no discurso gramatical contemporâneo e de que modo esses movimentos articulavam saberes do discurso gramatical tradicional (FDG) e do discurso científico da Linguística (FDL).

Em relação aos movimentos em torno da ideia de atualização, podemos concluir que as três gramáticas analisadas se apresentam como atualização do discurso gramatical brasileiro, o que não significa, entretanto, que isso implique o mesmo efeito de sentido. O que temos de fato, neste caso, é uma heterogeneidade de posições que ressignificam de modo distinto o discurso gramatical, com implicações sobre os sentidos do que é ser gramático, da forma da gramática e de seu papel no ensino da língua. Ou seja, diferentes formas de deslocamentos de/entre posições-sujeito e de/entre sentidos. Esses deslocamentos, pudemos constatar, envolvem os limites internos e externos daquilo que se pode chamar de Formação Discursiva da Gramática (FDG).

Quanto a esses limites, os resultados de nossa análise sugerem, em primeiro lugar, uma movimentação da discursividade gramatical como um deslocamento interno à própria FDG e seus saberes que, embora deslocando posições, não implica numa mudança da forma-

sujeito do gramático, mas uma reatualização da posição do gramático, sem conflito entre posições possíveis. É o caso do discurso da gramática de Bechara (1999), que se configura como um discurso de atualização da posição tradicional, que não rompe essa posição. Entretanto, a mobilização de elementos da Formação Discursiva Linguística (FDL) produz um efeito de cientificidade e atualização que legitima o próprio discurso tradicional, criando uma ilusão de continuidade entre o discurso tradicional e o discurso linguístico, bem como de complementaridade entre as funções de gramático tradicional e do linguista. Ao mesmo tempo, indistingue as duas formas de autoria, na medida em que a posição do linguista é absorvida pela do gramático. Nesse caso, não se pode falar em mudança na forma-sujeito da gramática ou da FD, mas numa mudança "na" gramática, isto é, dentro dos limites de suas formações discursiva e ideológica. Contorna-se, assim, a ameaça da posição do linguista pela sua subordinação à do gramático tradicional. Nessa perspectiva, o movimento de atualização da gramática serve à reautorização da posição do gramático, à continuidade da legitimação de sua autoridade.

Um outro e distinto movimento de atualização do discurso gramatical é o que ocorre no discurso das gramáticas de Azeredo (2008) e Perini (2010), em que observamos um deslocamento de ordem externa à FDG, significando assim uma ruptura com seus saberes, tendo em vista a legitimação de uma nova forma de conceber e produzir a gramática e, consequentemente, de se constituir a forma-sujeito do gramático. Da análise do discurso dessas duas gramáticas depreendemos um movimento de ruptura com a forma-sujeito do gramático tradicional, uma vez que, nos dois casos, domina o discurso gramatical os saberes da FDL, bem como a forma-sujeito que a domina, que é a do sujeito cientista da linguagem. Esse movimento de ruptura, a nosso ver, vai além de uma simples contraidentificação com a forma-sujeito dominante da FDG, já que isto significaria apenas um movimento entre posições possíveis no interior dessa mesma FD, o que, no fim das contas, garantiria a unidade dessa FD e de sua forma-sujeito. Acreditamos que o deslocamento pretendido e, de modo geral, efetivado nas gramáticas dos dois linguistas é mais profundo, afetando a própria legitimidade da GT e sua autoridade de representar e dizer a língua do brasileiro. Nesse sentido, as gramáticas de Azeredo e Perini instituem uma nova forma-sujeito para a gramática, a que se pode denominar, provisoriamente de gramático-linguista, o que implica uma nova forma tanto de conceber e produzir gramática quanto de ensiná-la. Temos, portanto, no gesto dos enunciadores dessas gramáticas um movimento de desidentificação com a forma-sujeito histórica da gramática tradicional, o que implica uma mudança de FD. Nesse caso, a posição gramático-linguista não está em relação de continuidade com a do gramático tradicional, nem tão pouco de complementação: nas condições socioistóricas atuais, gramáticos tradicionais e gramáticos-linguistas são posições sujeito distintas e antagônicas, inscritas em formações discursivas e ideológicas também distintas e antagônicas, não havendo, por isso, possibilidade histórica de conciliação entre as duas posições.

As estratégias discursivas pelas quais cada uma das gramáticas de linguista movimenta o (inter)discurso gramatical brasileiro não são as mesmas, embora possibilitem observar, de modo geral, o confronto entre a FDG e a FDL, bem como entre as formas-sujeito que as dominam. Não se trata, portanto, de um deslocamento sem contradição, sem falha.

Na gramática de Azeredo (2008), a ruptura com a FDG e sua forma-sujeito é atenuada, produzindo-se um efeito de ruptura conciliada com a tradição. Desse modo, dilui-se o confronto entre as posições do linguista e do gramático tradicional. Não se trata aqui, no entanto, do mesmo efeito de indistinção produzido pela gramática, uma vez que agora é o discurso tradicional que, pela concessão, é subordinado ao do linguista. Neste caso, mais do que desautorizar a posição tradicional ou reconhecê-la, o discurso da gramática de Azeredo busca, de fato, autorizar e legitimar uma nova forma-sujeito para o discurso gramatical, atenuando assim a tensão do confronto ideológico explícito. Isso não deixa de ser também

uma forma de recalque e de apagamento da alteridade, que faz com que esse discurso continue internamente polêmico.

Na gramática de Perini (1999), a ruptura com a FDG é mais explícita, permitindo ver com mais transparência o deslocamento (pro)posto entre a FDG e a FDL. Neste caso a ruptura com a tradição descritiva produz um efeito mais nítido de descontinuidade, de distinção entre a posição do gramático (tradicional) e a do linguista linguista-gramático. O confronto estabelecido entre essas duas posições e os saberes nelas implicados tem, no discurso da gramática de Perini, um efeito polêmico em que a posição tradicional é reiteradamente desautorizada tendo em vista valorizar e legitimar a posição linguística.

Retomando, por fim, a pergunta provocativa colocada no subtítulo deste trabalho, podemos realçar que, considerada a historicidade da produção da gramática e de seu discurso, não há como respondê-la de forma maniqueísta, senão afirmando a complexidade do discurso gramatical contemporâneo e das posições, sentidos e movimentos que encerra. Entretanto, não podemos deixar de acentuar que o investimento de linguistas na produção de gramáticas promove um significativo deslocamento ideológico no/do discurso gramatical, um "desarranjo-rearranjo" que aponta para uma outra forma de gramática. Assim, mais do que uma mudança na gramática (tradicional) sugere uma mudança de gramática, o que implica uma outra forma de (re)conhecimento da língua e de seu ensino, esta também marcada pela heterogeneidade de posições e sentidos. Os movimentos do (inter)discurso gramatical aqui abordados, assim, dão visibilidade ao caráter político da gramática, quer em suas "versões" tradicionais quer em suas versões científicas, visto que demarcam a disputa pelos significados da própria gramática, da língua, de seus falantes e de suas formas de ensino-aprendizagem. Uma disputa, em curso, sobre o que é e o que não é a língua e ainda sobre quem pode ou não dizê-la.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do estado.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, [1969/1970] 1998.

_____. *Posições I.* Rio de Janeiro: Edições Graal, [1973] 1978.

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa.* São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro.* São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa.* Rio de Janeiro: Lucerna, [1961] 1999.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2010.

CAZARIN, E. A. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Análise do discurso no Brasil:* mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 109-122.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, [1969] 2007.

INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. *Análise do discurso no Brasil:* mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 163-172.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos.* Curitiba, PR: Criar Edições, 2007.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ORLANDI, E. P. *Política linguística no Brasil.* São Paulo: Pontes Editores, 2007.

_____. *Língua e conhecimento linguístic*o: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1997] 1997.

_____; CATHERINE, F. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, F. (Orgs.) *Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2010, p. 159-2-49.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010.